

66 Acordo deixa acusados de fora

**SILVANA DE FREITAS
E LUIZA DAMÉ**

Um acordo articulado nos últimos 15 dias entre os representantes do PMDB, PFL e PPR na CPI do Orçamento garnatiu a exclusão no relatório final dos pedidos de cassação dos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e José Luiz Maia (PPR-PI). Na última hora, o senador Saldanha Derzi (PRN-MS) também escapou da lista dos prováveis cassados. Em quase 12 horas de sessão, a CPI votou o relatório em bloco e rejeitou todos os destaques polêmicos.

Com pequenas alterações, o texto do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) passou a recomendar a instalação da CPI das Empreiteiras, a criação do Sistema de Controle Interno (Ciset) do Executivo e previsão de todas as obras públicas em planos plurianuais e nos orçamentos. Todas estas sugestões foram feitas pelo líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). A votação em destaque também assegurou que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) seja investigado apenas pela Câmara e não pelo Ministério Público.

Os parlamentares do PT e PDT — com apoio do PSDB — insistiram durante todo o dia na tese da ampliação dos pedidos de cassação, mas acabaram isolados por uma votação de 16 a 4 nos destaques. A tentativa de inclusão de José Carlos Aleluia na lista de prováveis cassa-

dos baseou-se nos indícios das subcomissões de emendas e patrimônio sobre ligações dele com a construtora Norberto Odebrecht. As mesmas subcomissões fizeram a indicação de cassação dos mandatos de Vasconcelos e Maia, por evidências de manipulação de verbas na condição de relatores parciais do orçamento. Já a acusação contra Saldanha Derzi fundamentou-se na omissão de bens na declaração de rendimentos.

O deputado Roberto Magalhães argumentou que não dispunha de provas suficientes contra estes quatro parlamentares e ganhou o apoio do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e de 80% dos membros. “É impossível não haver críticas. Há pessoas que não se conformarão jamais”, lamentou Passarinho. No início do dia, ele já avisa: “Há sempre os que não se conformam. Estes devem fazer seu voto em separado ou pedir destaques”.

No acordo que garantiu 16 dos 20 votos — presidente e relator não opinaram — os senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM) e Cid Sábóia (PMDB-CE) desistiram de apresentar destaques para excluir os pedidos de cassação do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) e Flávio Derzi (PP-MS). O deputado Alofzio Mercadante (PT-SP) teme a possibilidade de que este acordo favoreça os dois parlamentares na Comissão de Constituição e Justiça, a primeira etapa da tramitação dos processos.